

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ , DE 2017

(Dos Srs. Glauber Braga, Jean Wyllys, Luiza Erundina, Edmilson Rodrigues,
Ivan Valente e Chico Alencar)

Susta a Consulta Pública n. 02/2017 da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, sobre a atualização do Decreto n. 4.829, de 3 de setembro de 2003, que estabelece estrutura para a governança da Internet no Brasil

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, inciso V, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Este Decreto Legislativo susta os efeitos da Consulta Pública nº 2/2017, da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, publicada no Diário Oficial da União de 08 de Agosto de 2017, acerca da atualização do Decreto n. 4.829, de 3 de setembro de 2003, que estabelece estrutura para a governança da Internet no Brasil.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI –, instância multissetorial formada por representantes do governo, do setor privado, da sociedade civil e por especialistas técnicos e acadêmicos, tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas para o uso e desenvolvimento da internet no nosso país, visando à promoção da qualidade técnica, inovação e disseminação dos serviços, garantia da

liberdade de expressão, privacidade e neutralidade da rede no nosso país, nos marcos estabelecidos pela Constituição Federal e pela legislação – em especial, o Marco Civil da Internet brasileira, aprovado neste Congresso em 2014. Conforme explica a jornalista Cristina de Luca, colunista de tecnologia do portal UOL e da rádio CBN, “com base nos princípios do multissetorialismo e transparência, o CGI.br representa um modelo de governança da Internet democrático, elogiado internacionalmente, em que todos os setores da sociedade são partícipes de forma equânime de suas decisões”¹.

Na contramão do necessário fortalecimento do CGI, o governo ilegítimo de Michel Temer prepara, agora, uma ofensiva para alterar sua composição e atribuições, de modo a atender ao pleito das operadoras de telecomunicações, em sentido contrário à garantia dos direitos e dos interesses da população brasileira no uso e desenvolvimento da internet. Com esse objetivo, o governo iniciou uma Consulta Pública, no dia 8 de Agosto, para debater mudanças na composição e nas atribuições do CGI. O problema é que essa “Consulta Pública” não foi debatida previamente com o próprio CGI, que é uma instância democrática de participação social plural e multissetorial.

Transcrevemos abaixo, por sua importância, nota pública da Coalizão Direitos na Rede², de 8 de agosto, em repúdio a essa “Consulta Pública” fajuta da Presidência da República:

“Nota de repúdio

Contra os ataques do governo Temer ao Comitê Gestor da Internet no Brasil

A Coalizão Direitos na Rede vem a público repudiar e denunciar a mais recente medida da gestão Temer contra os direitos dos internautas no Brasil. De forma unilateral, o Governo Federal publicou nesta terça-feira, 8 de agosto, no Diário Oficial da União (D.O.U.), uma consulta pública visando alterações na composição, no processo de eleição e nas atribuições do Comitê Gestor da Internet (CGI.br).

¹ Fonte: “Governo faz consulta pública para mudar o Comitê Gestor da Internet e redistribuir forças”, em 8 de agosto de 2017, no portal UOL, disponível em:

<https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2017/08/08/governo-faz-consulta-publica-para-mudar-o-comite-gestor-da-internet-e-redistribuir-forcas/>.

² Disponível em: <https://direitosnarede.org.br/c/governo-temer-ataca-CGI/>.

Composto por representantes do governo, do setor privado, da sociedade civil e por especialistas técnicos e acadêmicos, o CGI.br é, desde sua criação, em 1995, responsável por estabelecer as normas e procedimentos para o uso e desenvolvimento da rede no Brasil. Referência internacional de governança multissetorial da Internet, o Comitê teve seu papel fortalecido após a promulgação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e de seu decreto regulamentador, que estabelece que cabe ao órgão definir as diretrizes para todos os temas relacionados ao setor. A partir de então, o CGI.br passou a ser alvo de disputa e grande interesse do setor privado.

Ao publicar uma consulta para alterar significativamente o modelo do Comitê Gestor de forma unilateral e sem qualquer diálogo prévio no interior do próprio CGI.br, o Governo passa por cima da lei e quebra com a multissetorialidade que marca os debates sobre a Internet e sua governança no Brasil.

A consulta não foi pauta da última reunião do CGI.br, realizada em maio, e nesta segunda-feira, véspera da publicação no D.O.U., o coordenador do Comitê, Maximiliano Martinhão, apenas enviou um e-mail à lista dos conselheiros relatando que o Governo Federal pretendia debater a questão – sem, no entanto, informar que tudo já estava pronto, em vias de publicação oficial. Vale registrar que, no próximo dia 18 de agosto, ocorre a primeira reunião da nova gestão do CGI.br, e o governo poderia ter aguardado para pautar o tema de forma democrática com os conselheiros/as. Porém, preferiu agir de forma autocrática.

Desde sua posse à frente do CGI.br, no ano passado, Martinhão – que também é Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – tem feito declarações públicas defendendo alterações no Comitê Gestor da Internet. Já em junho de 2016, na primeira reunião que presidiu no CGI.br, após a troca no comando do Governo Federal, ele declarou que estava “recebendo demandas de pequenos provedores, de provedores de conteúdos e de investidores” para alterar a composição do órgão.

A pressão para rever a força da sociedade civil no Comitê cresceu, principalmente por parte das operadoras de telecomunicações, apoiadoras do governo. Em dezembro, durante o Fórum de Governança da Internet no México, organizado pelas Nações Unidas, um conjunto de entidades da sociedade civil de mais de 20 países manifestou preocupação e denunciou as tentativas de enfraquecimento do CGI.br por parte da gestão Temer. No primeiro semestre de 2017, o Governo manobrou para impor uma paralisação de atividades em nome de uma questionável “economia de recursos”.

Martinhão e outros integrantes da gestão Kassab/Temer também têm defendido publicamente que sejam revistas conquistas obtidas no Marco Civil da Internet, propondo a flexibilização da neutralidade de rede e criticando a necessidade de consentimento dos usuários para o tratamento de seus dados pessoais. Neste contexto, a composição multissetorial do CGI.br tem sido fundamental para a defesa dos postulados do MCI e de princípios basilares para a garantia de uma internet livre, aberta e plural.

Por isso, esta Coalizão – articulação que reúne pesquisadores, acadêmicos, desenvolvedores, ativistas e entidades de defesa do consumidor e da liberdade de expressão – lançou, durante o último processo eleitoral do CGI, uma plataforma pública que clamava pelo “fortalecimento do Comitê Gestor da Internet no Brasil, preservando suas atribuições e seu caráter multissetorial, como garantia da governança multiparticipativa e democrática da Internet” no país. Afinal, mudar o CGI é estratégico para os setores que querem alterar os rumos das políticas de internet até então em curso no país.

Nesse sentido, considerando o que estabelece o Marco Civil da Internet, o caráter multissetorial do CGI e também o momento político que o país atravessa – de um governo interino, de legitimidade questionável para empreender tais mudanças – a Coalizão Direitos na Rede exige o cancelamento imediato desta consulta.

É repudiável que um processo diretamente relacionado à governança da Internet seja travestido de consulta pública sem que as linhas orientadoras para sua revisão tenham sido debatidas antes, internamente, pelo próprio CGI.br. É mais um exemplo do modus operandi da gestão que ocupa o Palácio do Planalto e que tem pouco apreço por processos democráticos. Seguiremos denunciando tais ataques e buscando apoio de diferentes setores, dentro e fora do Brasil, contra o desmonte do Comitê Gestor da Internet.

8 de agosto de 2017, Coalizão Direitos na Rede”

Integram a Coalizão Direitos na Rede, que assina a nota, as seguintes entidades da sociedade civil e da academia: Actantes; Articulação Marco Civil Já; Artigo 19; ASL — Associação Software Livre; Casa da Cultura Digital de Porto Alegre; Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Ciranda da Comunicação Compartilhada; Coding Rights; Colaboratório de Desenvolvimento e Participação—COLAB-USP; Coletivo Digital; Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV-RJ; Garoa Hacker Clube; Grupo de Estudos em Direito, Tecnologia e Inovação do Mackenzie; Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso a Informação/GPoPAI da USP; Idec—Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Instituto Beta: Internet & Democracia; Instituto Bem-Estar Brasil; Intervezes—Coletivo Brasil de Comunicação Social; Instituto Iris; Instituto Igarapé; Instituto Nupef; ITS-Rio—Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; LAVITS—Rede latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e Sociedade; Movimento Mega; Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade da USP — NETS/USP; PROTESTE—Associação de Consumidores; Internet Sem Fronteiras Brasil.

Como se lê na nota, a Coalizão – extremamente representativa das principais entidades de defesa de direitos na internet no Brasil, bem como dos principais grupos de pesquisa acadêmica sobre o tema – exige o cancelamento da consulta pública, alegando que, ao lançá-la “*de forma unilateral e sem qualquer diálogo prévio no interior do próprio CGI.br, o Governo passa por cima da lei e quebra com a multissetorialidade que marca os debates sobre a Internet e sua governança no Brasil*”. Portanto, por trás da fachada de uma consulta à sociedade, esconde-se um gesto autoritário por parte do governo, que atropela um Conselho democrático e visa a deformá-lo para atender aos interesses lucrativos de algumas empresas. Uma Consulta que nasce dessa forma consiste em uma farsa, um procedimento com resultados predeterminados, de cartas marcadas.

Tendo em vista a competência atribuída ao Congresso Nacional pelo art. 49, V, da Constituição Federal, pedimos o apoio dos nobres pares para que atendamos ao clamor da Coalizão Direitos na Rede, e sustentemos o ato normativo do Poder Executivo que determinou, de forma unilateral e ilegítima, a realização de Consulta Pública visando a deformar o Comitê Gestor da Internet no Brasil, o CGI.br.

Chega de golpes contra a democracia brasileira!

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2017.

GLAUBER BRAGA

Deputado Federal
PSOL/RJ

JEAN WYLLYS

Deputado Federal
PSOL/RJ

LUÍZA ERUNDINA

Deputado Federal
PSOL/SP

EDMILSON RODRIGUES

Deputado Federal
PSOL/PA

IVAN VALENTE

Deputado Federal
PSOL/SP

CHICO ALENCAR

Deputado Federal
PSOL/RJ